

# Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 35 – 11 de junho de 2012

## PJe-JT

### Goiás implanta o PJe-JT na sexta, dia 15

Nesta sexta-feira (15/06), o TRT da 18ª Região (GO) instala o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). O Regional é o sexto a utilizar o sistema, desenvolvido para integrar virtualmente todos os tribunais e facilitar a tramitação dos processos nas três instâncias.

Em Goiás, a ferramenta será utilizada inicialmente na Vara do Trabalho de Luziânia, que também tem jurisdição sob o município de Cristalina. A partir de agora, todas as novas ações trabalhistas na unidade tramitarão pelo PJe-JT. Apenas as ações antigas seguirão tramitando via ferramenta regional. A cerimônia de instalação do sistema nacional ocorrerá às 10h30, com a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Às 16h30, haverá instalação do módulo de 2º grau do PJe-JT na sede do TRT em Goiânia. Primeiramente, o tribunal receberá apenas mandados de segurança via PJe-JT, que serão julgados pelo Tribunal Pleno. O TRT terá 90 dias para expandir o sistema para outras classes originárias (ações rescisórias, dissídios coletivos, entre outros) e também para as classes recursais, conforme determina a Resolução nº 94 do CSJT. A cerimônia de instalação do módulo de 2º grau será transmitida ao vivo via site do Regional. Estarão presentes representantes da magistratura e da advocacia goianas, além de servidores e autoridades locais. A meta da Justiça do Trabalho, em 2012, é instalar o PJe-JT em pelo menos 10% das varas dos 24 TRTs.

(Patrícia Resende/CSJT)

## Sustentabilidade na JT



**PJe-JT será instalado no TRT-RJ durante a Rio+20**

Dia 18 de junho, a partir das 11h, será lançado, em um dos locais-sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), no TRT 1ª Região (RJ). A solenidade de instalação do módulo de 2º Grau será aberta pelo presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Criado para dar fim à tramitação de autos em papel no Poder Judiciário, o PJe-JT é um sistema de informática que promove o uso racional e inteligente da tecnologia em prol de uma Justiça mais célere, econômica, acessível, eficiente e sintonizada com a preservação ambiental. Em função de seu caráter de promoção da sustentabilidade,

## Caros (as) colegas

Abrimos uma semana de **intensas atividades** para a Justiça do Trabalho!

No próximo dia 13 de junho, inicia-se a **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20**, na cidade do Rio de Janeiro. Esse importante encontro dos estados-membros da **Organização das Nações Unidas**, como se sabe, debaterá três pilares indispensáveis à construção de um mundo melhor: **desenvolvimento sustentável, meio ambiente equilibrado e economia verde**.



No conceito de **economia verde**, insere-se a permanente luta pelo **trabalho decente**, objeto nuclear das responsabilidades da Justiça do Trabalho.

Para expor nossas experiências nesses **três assuntos**, ocuparemos um estande no **Parque dos Atletas**, complexo em que se desenrolará a Convenção, **entre os dias 13 e 24 de junho**. Ali apresentaremos o **Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho**, desenvolvido no CSJT; o **Programa Trabalho Seguro**, pela prevenção de acidentes; o **Processo Judicial Eletrônico, PJe-JT**; e várias outras **práticas de sustentabilidade** do TST e dos Tribunais Regionais.

De outro lado, hoje serão abertos os trabalhos da **Segunda Semana Nacional da Execução Trabalhista**, instituída pelo Ato CSJT nº 195/2011. As três instâncias da Justiça do Trabalho enfatizarão, ao longo da semana, práticas voltadas à **efetividade da fase de execução**. A entrega concreta do bem da vida pelo qual a parte demandou deve constituir a preocupação **central e constante** do magistrado. Precisamos afirmar a certeza de que sentença não executada, além de ser inútil aos litigantes, **desprestigia** o próprio Poder Judiciário.

Os dois episódios guardam um importante **traço comum**: a postura proativa da Justiça do Trabalho. Já se foi o tempo dos juizes inertes e alheios à evolução social e às dificuldades de seu tempo. A pós-modernidade exige um novo magistrado, que se envolva e se desenvolva no núcleo da sociedade, única destinatária de seu ofício.

O sucesso de cada um desses passos será atingido apenas com a indispensável cooperação de todos e de cada um!

Ministro João Oreste Dalazen  
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho  
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

## Notícias



### “Executômetro” contabilizará valores na Semana Nacional de Execução Trabalhista

A exemplo do “Impostômetro”, um painel que registra o quanto o brasileiro paga de tributos dia a dia num ano, um “Executômetro” foi criado para acompanhar com maior eficiência o resultado da **2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista**, que começa hoje, dia 11, e vai até 15 de junho. Trata-se de um painel eletrônico disposto nos sites do CSJT, do TST e dos TRTs com a contabilização dos valores arrecadados durante a semana, decorrentes de acordos, leilões e bloqueios do Bacenjud.

Outra novidade deste ano é que, nos últimos dias da Semana, serão divulgados os nomes dos 100 maiores devedores da Justiça do Trabalho e dos 100 maiores devedores de cada TRT.

A 2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista ocorrerá em todos os 24 TRTs em forma de mutirão, sob a coordenação do CSJT. Entre as medidas que serão adotadas estão a realização de pesquisas para a identificação de devedores e seus bens, por meio de ferramentas eletrônicas, a realização de audiências de conciliação, a expedição de certidões de crédito e reavaliação de processos que estão em arquivo provisório por falta de bens a serem penhorados. Será feito ainda um grande leilão nacional no último dia.

(Viviana Gomes e Marta Crisóstomo / TST)

o programa será apresentado na Rio+20, juntamente com os projetos como o [Programa Trabalho Seguro](#), o Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho e os programas de responsabilidade socioambientais dos órgãos da Justiça do Trabalho. Os projetos serão apresentados por meio de vídeos, um catálogo e um folder com as informações básicas de cada um, além do [hotsite da JT na Rio+20](#).

Haverá ainda palestras sobre os temas, dos dias 15 a 18 de junho, sempre a partir das 11h, no auditório CNO 4, do Parque dos Atletas, na Barra da Tijuca, onde ficará o estande da Justiça do Trabalho.

Dia 15, representantes do CSJT e da Câmara dos Deputados, vão falar sobre “O Fórum Governamental de Responsabilidade Social e a sustentabilidade na administração Pública”. No sábado, dia 16, Ana Borges, do CSJT, e Teresa Villac, da AGU, apresentarão o Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho. No domingo, dia 17, o ministro Lelio Bentes, do TST, falará sobre “Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Decente e a Justiça do Trabalho”. Na segunda, dia 18, haverá a solenidade de lançamento do PJe-JT do TRT-RJ.

No mesmo dia, às 18h, o secretário-geral da Presidência do TST, juiz Rubens Curado, discorrerá a respeito do Programa Trabalho Seguro.

(Marta Crisóstomo/TST)

## Eventos

“**Prêmio Excelência**” será entregue aos melhores desempenhos da Justiça do Trabalho - Os TRTs e as Varas do Trabalho que apresentaram os melhores desempenhos na Consolidação Estatística nas categorias: metas nacionais, performance jurisdicional (em primeiro e segundo graus), conciliação e performance em execução, receberão o “Prêmio Excelência 2011” dia 27 de junho, às 17 horas, no TST. O prêmio é concedido pelo TST e pelo CSJT.

(Viviane Gomes/TST)

Fale com o presidente  
[caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

## Expediente



### Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

### Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

### Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

### Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 34 – 4 de junho de 2012

### Secretaria de Comunicação Social do TST

### Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: [caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

## Milhares de imóveis, veículos e bens “exóticos” vão a leilão durante a 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista

Durante a 2ª [Semana Nacional da Execução Trabalhista](#), a Justiça do Trabalho vai leiloar milhares de bens que foram penhorados para assegurar o pagamento de direitos trabalhistas não quitados pelos devedores. O leilão nacional de bens da Justiça do Trabalho está marcado para 15/06 e será realizado simultaneamente pelos Tribunais Regionais do Trabalho, de forma eletrônica ou presencial.



“Com esta iniciativa, coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o objetivo é solucionar o maior número de processos, de forma que os trabalhadores consigam receber o que já foi decidido”, afirma o juiz do Trabalho Marcos Fava, coordenador nacional do evento.

Entre os bens já listados pelos tribunais há milhares de imóveis, veículos e equipamentos. Chama a atenção um navio com 72,65m de comprimento apreendido pelo TRT da 5ª Região (BA). A embarcação está avaliada em R\$ 2 milhões e o lote já está aberto para lances eletrônicos. Outro bem de grandes proporções é o estádio do Náutico, em Recife. O clube tem uma dívida trabalhista de cerca de R\$ 280 mil com o ex-jogador Josenildo Caetano da Silva. Como não houve acordo entre o meio campista e a direção do Náutico, a sede social e o estádio serão leiloados, com avaliação em R\$ 60 milhões.

Nas listas de bens há ainda vestidos de noiva, joias, roupas, calçados, alimentos, bebidas, maquinário, coleções de facas, obras de arte, animais e até 200 metros lineares de eucalipto. Veja o [“Classificados”](#) aqui, e a [íntegra da matéria sobre o leilão aqui](#).

(Assessoria de Comunicação Social / CSJT)

## Emissão de certidões negativas de débitos trabalhistas ultrapassa quatro milhões

Uma importante ferramenta para agilizar a execução, as [Certidões Negativas de Débitos Trabalhista \(CNDT\)](#), emitidas pela Justiça do Trabalho, já ultrapassaram a casa dos quatro milhões. O documento, obrigatório desde 4 de janeiro deste ano para participação em licitações públicas, é emitido com base nos dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), centralizado no TST, a partir de informações remetidas por todos os 24 TRTs. Do BNDT constam as pessoas físicas e jurídicas que são devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva.

Desde janeiro deste ano, mais de 37 mil dívidas trabalhistas já foram pagas, e os ex-devedores tiveram os nomes excluídos do BNDT. Além disso, mais de nove mil deixaram a situação de positivo no Banco para positivo com efeito negativo, ou seja, quando a dívida não é paga, mas deve constar um bem para penhora no processo. Nesses casos o titular pode participar de licitações. O [número de certidões emitidas](#) pode ser acompanhado no site do TST.

(Marta Crisóstomo e Augusto Fontenele/TST)



## Justiça do Trabalho elabora projeto em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil

Pela primeira vez a Justiça do Trabalho instituiu comissão nacional para propor ações de combate ao trabalho infantil e regularização do trabalho adolescente. Reunidos semana passada, os seis juízes que compõem a comissão criada pelo CSJT no dia 4 de maio, estão consolidando os dados recebidos de magistrados de todo o país. As atividades estão sendo coordenadas por Marcos Fava, juiz auxiliar da Presidência do TST.

O objetivo é ampliar a atuação da Justiça do Trabalho no tema, de forma a elaborar estudos e apresentar propostas de ações, projetos e medidas a serem desenvolvidas em cada um dos estados. Dentre os assuntos discutidos está a defesa da competência da Justiça do Trabalho para análise de pedidos de alvarás a menores de 16 anos que queiram exercer atividades remuneradas. Apesar de o trabalho ser proibido nessa faixa etária, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, a CLT permite que seja expedida autorização para menores de 14 anos, quando a atividade for “indispensável para a subsistência do menor, de seus pais, avós e irmãos”. Os pedidos devem ser analisados pelos juízes das Varas da Infância e Adolescência, mas o presidente do CSJT e do TST, ministro João Oreste Dalazen, defende a competência da Justiça do Trabalho para análise dos pedidos.

O dia 12 de junho - Dia Internacional contra o Trabalho Infantil - marca a luta e a mobilização mundial para o combate à exploração de crianças e adolescentes em todo o mundo. Veja [aqui a íntegra desta matéria](#).

(Rafaela Alvim/TST)